

Celso Furtado critica política econômica

BRASILIA (O GLOBO) — "A política atual, que envolve uma recessão programada, não é antiinflacionária nem é um meio de corrigir o desequilíbrio do balanço de pagamentos", afirmou ontem o economista Celso Furtado, no Simpósio sobre Alternativas para a Crise Econômica Nacional, promovido pela Comissão de Economia da Câmara dos Deputados.

Celso Furtado, ministro do Planejamento no governo João Goulart, criador da Sudene, atualmente professor na Sorbonne, na França, e que, recentemente, se filiou ao PMDB, voltou a propor a renegociação dos pagamentos da dívida externa, de maneira a reduzir o peso que esses pagamentos representam a curto prazo, segundo ele.

— A credibilidade do Brasil no exterior — disse — é muito alta, a do Governo é que baixou, com as sucessivas mudanças de orientação em períodos curtos.

Para o economista, o Governo promoveria uma enorme injustiça social se tentasse mais uma vez reduzir a inflação com base na diminuição dos salários, porque a política salarial não é a causa original do processo de aumentos de preços, mas sim os gastos públicos e o elevado ní-

vel de subsídios, que atingem cerca de Cr\$ 1 trilhão por ano.

'SEMI-PARALISIA' O GLOBO

Durante sua palestra, que atraiu um grande número de pessoas à Câmara dos Deputados, Celso Furtado propôs uma mudança estrutural nos sistemas de produção, renda e consumo, nas áreas rural e urbana, dentro de um planejamento de longo prazo, orientado num sentido social, capaz de melhorar efetivamente as condições de vida da maioria da população.

Considerou entretanto, que seria impraticável promover essas modificações sem antes "colocar a nave em condições de ser governada", pois a situação atual é de "semi-paralisia dos centros de decisão". Para Celso Furtado, a elevada dívida externa impede que o país possa desenvolver políticas autônomas nas áreas cambial e monetária, já que é preciso, simultaneamente, estimular a captação de recursos externos e manter suportável o custo desses recursos para as empresas.

A atual política recessiva do Governo, segundo o economista, coincide com as recomendações dos banqueiros internacionais e "tem apenas o objetivo de facili-

tar o diálogo do Governo com seus credores". Ela não é antiinflacionária, porém, porque aumenta os custos financeiros das empresas, que transferem esses custos aos preços. E, do lado do balanço de pagamentos, disse ele, a reestruturação somente será viável a longo prazo e a recessão, ao produzir capacidade ociosa nas empresas e reduzir os investimentos, é apenas um obstáculo para esse objetivo.

Além disso, como o principal problema das contas externas está hoje no pagamento dos juros, "a recessão está excluída como instrumento corretivo".

Além da renegociação dos pagamentos da dívida, Celso Furtado considerou urgente também uma política para favorecer o aumento da poupança nacional. Mas, ao lado da modificação do sistema produtivo, é necessário modificar "a forma da inserção da economia brasileira no sistema internacional de divisão do trabalho. Nesse sentido, advertiu que "um setor exportador que depende para sobreviver de alienar de forma crescente recursos não renováveis, constitui obstáculo a um autêntico processo de desenvolvimento e o mesmo cabe dizer de um setor exportador que se funda na exploração da mão-de-obra barata".